

APPENDIX 6

Interview with Raimundo Pereira, former President of Guinea-Bissau (2009)

Interviewer: Nathaniel Cogley (Ph.D. Candidate, Department of Political Science, Yale University) [Portuguese transcription by Claudia Vivacqua]

January 19th, 2010

Bissau, Guinea-Bissau

NC: Can he please describe the situation in the country that led him to be named the interim President?

RP: Como deve saber, e penso que nos Estados Unidos seja a mesma coisa, nos países organizados têm uma Constituição que rege a vida política do país, e na nossa Constituição está estabelecido, que em caso de impedimento do Presidente da República, quem o substitui é o Presidente da Assembleia Nacional Popular. Portanto, os impedimentos são os impedimentos temporários, quando o Presidente viaja para o exterior quem o substitui sou eu, sempre que ele está ausente, e em caso de impedimento prolongado, que é o caso de doença ou morte, é o Presidente da Assembleia Nacional Popular que substitui interinamente o Presidente e organiza, em um prazo de 60 dias, eleições para a escolha de um novo Presidente da República. E foi o que aconteceu com o assassinato bárbaro, que todo mundo noticiou, tanto que foi uma tragédia naquela altura, do Presidente da República e do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, eu fui chamado, por imperativo legal, a assumir as funções de Presidente da República Interino, e foi nesse quadro que eu assumi estas funções.

NC: What was the most difficult thing about his job, given that the country just came from a moment of crisis?

RP: Como eu disse, portanto, eu assumi as funções de Presidente da República Interino em uma situação trágica. Significa que, nós estávamos em uma situação de instabilidade política, de instabilidade governativa, instabilidade político-militar, podemos chamar assim, em que era preciso procurar ultrapassar aquela crise, portanto, a morte do Presidente da República, o do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas abriu, de fato, lacunas graves no tecido político e nos órgãos que dirigem este país, era preciso fazer face a esse situação, o país estava, tinha um governo que saiu das eleições, mas nós não podemos esquecer que com assassinato de um Presidente da República há um vazio legal e é preciso procurar, a Guiné-Bissau já viveu várias situações de crise nos últimos tempos, era preciso procurar que o país retomasse a normalidade constitucional. Portanto, era uma situação de crise e minha tarefa foi de fato procurar, criar condições de diálogo entre as forças ativas do país, eu tentei fazer isso, procurar criar a confiança que tinha ficado abalada com a morte do Presidente da República, confiança que é indispensável para podermos retomar a normalidade de funcionamento do Estado e do governo. Portanto, a minha primeira função foi essa, e procurei chamar a sociedade civil, os partidos políticos, os militares, porque houve naquela altura alguns desmandos, e era preciso quebrar aquela desconfiança que existia entre a sociedade civil e, propriamente, entre os partidos políticos e os militares. Portanto, em suma, a minha tarefa foi de criar as condições para que o país pudesse rapidamente retomar a normalidade constitucional.

Para isso, era preciso organizar eleições presidenciais em um prazo muito curto. Eu tive que, primeiro, primeiro o que eu fiz foi procurar criar as condições de tranquilidade necessárias para se poder pensar na organização das eleições presidenciais. Eu tive reuniões, vários encontros com os líderes dos partidos políticos, tive com a sociedade civil, com comunidades religiosas, no sentido de procurar chamar a atenção para a necessidade de nós cultivarmos a paz, o diálogo e a tranquilidade; esquecer o que se passou e procurar, de fato, por a Guiné-Bissau, em um rumo certo. Depois de várias reuniões, consegui juntar a mesma mesa os militares, os políticos, a comunidade religiosa e a sociedade civil. Não foi fácil, foi uma reunião que no início foi preciso fazer várias intervenções no sentido de encorajar as pessoas para falarem, por fim falaram, e no fim chegamos a conclusão de que foi produtivo. Houve críticas de parte a parte, os militares em relação aos políticos, os políticos em relação aos militares, a sociedade civil também deu o seu ponto de vista, a comunidade religiosa teve um papel fundamental nessa reunião. Então, foi uma reunião que me deu aproximação entre às diversas parcelas políticas, diferentes partidos políticos, entre a sociedade civil, os militares, e a partir desta data, comecei de fato a criar as condições para poder organizar, ouvir os partidos políticos e marcar a data das eleições. Aí, punha-se um problema muito difícil de se ultrapassar, por um lado a Constituição da República impõe ao Presidente interino a organização de eleições em um prazo de 60 dias, mas a lei eleitoral prevê, estabelece que, somados os prazos estabelecidos para todo o processo eleitoral, ultrapassa-se os 60 dias, e o Presidente interino não pode rever a Constituição, não pode promulgar leis. Portanto, nós estávamos em um beco sem saída, pois o Presidente interino nem pode, eventualmente, via Assembleia, criar uma lei que permitisse alterar, alongar aquele prazo de 60 dias que, portanto, era incompatível com sistema eleitoral que nós tínhamos. Portanto, eu tive que ultrapassar essas dificuldades através de encontros, de reuniões, através da procura de consenso alargado entre as diferentes forças políticas, para poder ter uma base que me permitisse marcar uma data de eleições que não houvesse contestação. E foi esse meu trabalho, eu recebi os partidos políticos, um a um, depois os recebi em conjunto, estivemos a refletir, alguns achavam que se podia fazer eleições em um prazo curto e eu tive que lhes mostrar que não tinham lido muito bem a lei eleitoral; no dia seguinte, eles vieram e disseram: “Sim, senhor, o Presidente tem razão, de fato, é difícil compatibilizar a Constituição com a lei eleitoral.”, e foi a partir dessa constatação que eu pedi aos partidos políticos que trabalhassem e me propusessem uma data da ida às urnas. E foi assim que nós conseguimos ultrapassar o problema da incompatibilidade entre a lei eleitoral e a Constituição da República. Depois da marcação da data das eleições, era necessário resolver um outro problema, portanto, isso queria dizer que a Guiné-Bissau vivia um período de crise, o Presidente por um lado não podia nomear o Chefe de Estado Maior, porque a lei, a Constituição veda, portanto, um Presidente interino não pode fazer, mas nós tínhamos um vazio a nível das forças armadas, um setor sensível, e era dirigido por uma comissão, criada naquela altura depois da morte do Chefe de Estado Maior e não podíamos ignorar este fato. E eu tive que mais uma vez me reunir primeiro com o Conselho Nacional de Defesa, para saber, já tinha recebido a proposta do governo das pessoas que queriam ser nomeadas, mas, mesmo assim, eu quis ouvir o Conselho Nacional de Defesa que me confirmaram os nomes propostos pelo governo. Então, tive que receber mais uma vez partidos políticos, propondo uma saída transitória para essa situação. E foi nessa base que eu nomeei o Chefe de Estado Maior e seu

adjunto, transitoriamente, até a tomada de posse do novo Presidente da República, que esse sim pode, eventualmente, fazer a nomeação definitiva. Portanto, são questões que se colocavam naquela altura e eu tentei ultrapassar na base do diálogo, sem esquecer que a sociedade guineense, com as mortes ocorridas, estava ferida e nós não podemos ignorar que o grande problema da Guiné-Bissau tem sido as vinganças constantes relativamente aos problemas que têm sido recorrentes ao longo dos últimos anos. Por isso, era preciso também por um lado procurar criar as condições para que não haja impunidade, portanto, era preciso saber o que aconteceu naquele dia e procurar atribuir as responsabilidades. O nosso trabalho foi também nesse sentido, com a Procuradoria Geral da República. Por outro lado, também era preciso sair para fora, fazer a diplomacia no sentido de explicar aos países da região o que aconteceu na Guiné-Bissau para poder obter a solidariedade dos países, nomeadamente dos países da UEMOA, que é uma União de que faz parte a Guiné-Bissau. Portanto, não foi fácil porque com um crime daqueles, as pessoas ficaram com muitas reservas em relação a Guiné-Bissau. Era preciso mudar essa imagem, mas a mudança dessa imagem impõe de fato que seja explicado às pessoas o que aconteceu e o que a Guiné-Bissau pretende fazer para que situações dessas não voltem a acontecer. E foi um trabalho de diplomacia, feita ao longo daquele período que permitiu a solidariedade da União Africana, da CDEAO, portanto, foi um trabalho necessário para relançar a Guiné-Bissau e procurar reconciliar a Guiné-Bissau com o seu passado. Basicamente, foi esse o trabalho do Presidente da República interino, portanto, um trabalho de organizar as eleições, criar as condições de tranquilidade e procurar atrair a comunidade internacional, os chamando, mais uma vez, a dar a sua contribuição e colaboração para que a Guiné-Bissau pudesse mais uma vez ultrapassar aquele momento difícil e trágico que vivia. Portanto, não foi um trabalho fácil, mas podemos dizer que com o empenho de todos com o diálogo institucional estabelecido naquela altura, conseguimos dar passos que nos conduziram a realização de eleições presidenciais. Essas eleições também tiveram depois problemas, mesmo antes das eleições tivemos uma outra situação de assassinato de dois, um deputado... Portanto, os dois eram deputados, um era Ministro naquela altura. Uma situação que abriu uma crise e me obrigou, mais uma vez, a procurar uma saída. Havia pessoas que entendiam que se devia alterar a data das eleições, mas eu entendia que a prioridade da Guiné-Bissau naquela altura era a organização das eleições, portanto, não podia haver outra prioridade que pudesse por em causa esse objetivo. Por isso que tive que, mais uma vez, me reunir com os partidos políticos, representações de candidatos a Presidentes da República, fazendo-os ver que a urgência na Guiné-Bissau chama-se eleições, só a partir das eleições é que podemos criar condições mínimas, com órgãos legitimados, para podermos enfrentar a instabilidade que a Guiné-Bissau vivia. Portanto, as eleições não eram o fim em si mesmas, mas eram uma etapa importante para nós podermos trabalhar e procurar estabilizar o país. E foi com esse objetivo que nós conseguimos manter as datas das eleições que foram realizadas sem problemas, mais uma vez o povo da Guiné-Bissau mostrou sua maturidade política, e as eleições forma consideradas livres e justas e serviram de exemplo, também a nível de nossa sub-região, os candidatos às presidenciais aceitaram democraticamente a sua derrota, e foi investido um novo Presidente da República, altura em que regresssei às minhas funções de Presidente da Assembleia Nacional Popular.

NC: He came into office after President Nino Vieira was assassinated. Was he surprised that that was how Nino ended his presidency: through assassination, or did he expect that outcome based on how much Nino liked power or staying in power?

RP: Claro, surpreendido e chocado porque não havia nada que pudesse justificar o que aconteceu, não havia nada. Portanto, a Guiné-Bissau, não só a Presidência, toda gente ficou surpreendida com aquilo que aconteceu, e as pessoas nos dias que se seguiram ao assassinato, a Guiné-Bissau teve momentos difíceis, momentos de desespero, as pessoas não conseguiam compreender o que aconteceu. Então era difícil, onde ninguém podia dizer que esperava um assassinato de um Presidente da República, isso é uma coisa que em qualquer parte do mundo é condenável.

NC: After he finished this term and organised elections and President Sanhá won it, the day that he finished the Presidency, how did he feel personally, inside, about his experience with the Presidency?

RP: Para mim foi um agrado, porque eu cumpri uma missão constitucional, estava ciente de que tinha que exercer essas funções durante um período limitado, que terminaria com a eleição do Presidente da República, e tenho o meu projeto a nível do Parlamento, fui eleito Presidente da Assembleia e não Presidente da República. Por isso, depois de cumprir a minha missão, que procurei cumprir com lealdade, com determinação, procurando os melhores caminhos para a Guiné-Bissau, senti-me feliz, por poder dar a contribuição que dei para ultrapassar uma fase difícil da vida de Guiné-Bissau. Após isso, entreguei o poder ao novo Presidente eleito, como manda a Constituição, senti-me realizado, e voltei para as minhas funções de Presidente da Assembleia Nacional Popular.

NC: How much do Presidents care about how they will be viewed in future? How much are they concerned about just immediate concerns. How much do they care how people will think about them in the future?

RP: Penso que qualquer ser humano, não é só Presidente, qualquer ser humano tem a natural intenção, ou pretende sempre realizar obras como qualquer ser humano, eu julgo que o que ele está a fazer neste momento é precisamente a procurar realizar uma obra para ser lembrada pelas gerações futuras. Portanto, o que o Presidente da República faz, quando está no poder, ou quando um cidadão é escolhido para desempenhar uma alta função a nível do Estado, é fazer uma obra que seja recordada pelas gerações vindouras. Portanto, dar a sua contribuição, ajudar o país a dar um pulo, porque nós, cada um, ajuda na medida do possível o país a desenvolver um bocadinho mais, e é assim que se constrói um país e é assim que se constrói a história do país. Penso que, todos os políticos têm essa ambição, e é uma ambição normal um homem pretender ser recordado pelas gerações vindouras pelo lado positivo da sua obra. Portanto, é no fundo isso que eu procurei fazer, embora em um espaço de tempo de 6 meses, curto, procurei fazer coisas que, depois de voltar para as minhas funções de Presidente da Assembleia, eu recebi felicitações, do cidadão comum, das pessoas que me telefonaram, mandaram mensagens, a dizer que se orgulhavam do trabalho que eu fiz, e eu senti-me satisfeito.

NC: Being interim President for 6 months, how much has it has raised his stature, his profile? How do people here in Guinea-Bissau view him differently?

RP: É normal, é natural que uma pessoa depois de exercer as funções de Presidente da República seja conhecido, as pessoas vêem na rua e dizem: “olha o Presidente!” , portanto, é normal porque a pessoa está constantemente na televisão, dirige mensagens ao país, eu dirigi várias mensagens ao país, a pessoas que me vêem na rua dizem que só me conhecia da televisão, que gostaria de me conhecer. Aconteceu por acaso em Lisboa, estava no aeroporto, porque normalmente estou no salão de honra, mas naquele dia embarcava a minha filha, a acompanhei, fui como cidadão. Estava no aeroporto, apareceram dois guineenses e vieram ter comigo para me felicitar, que gostaram do trabalho que eu fiz e que queriam tirar uma fotografia comigo. Portanto, isso acontece, aconteceu também várias vezes em Lisboa. Aqui no país, toda a gente passou a conhecer-me, deixei de ser um cidadão anónimo e passei a ser uma pessoa conhecida e, partir daí, a pessoa tem certa dificuldade em preservar a sua privacidade, por onde quer que vá. Eu estive em Varela neste fim de semana, estava na praia, vieram pessoas que me cumprimentaram, portanto, só deixa de ser uma pessoa que não consegue preservar aquela privacidade que tinha antes. Portanto, isso é normal no desempenho de qualquer cargo, como no caso do Presidente da República, isso é normal.

NC: Everyone I've talked to, I've never heard anyone saying something bad about during his time in office. He came and was very successful in bringing the country back together and organizing elections and everyone was very happy with his time in office. How does that make him feel, that people look at him positively as a good President?

RP: Normal, isso não me altera minimamente, eu tenho a consciência que como cidadão da Guiné-Bissau tenho que estar preparado para servir o país sempre que o país precisar. E eu sei também que tenho que continuar a ser aquilo que sou, ser Presidente da República não me alterou em nada, continuo a ter as mesmas rotinas, tenho os mesmos amigos, e é verdade que algumas pessoas quando me vêem na rua, vêm ter comigo, vêm me cumprimentar, dizem que fui um bom Presidente, que tenho um futuro a frente, e eu agradeço, e digo-lhes que neste momento estou preocupado com o trabalho que estou fazer na Assembleia, e agradeço, de fato, as pessoas terem reconhecido que eu dei uma contribuição valiosa para Guiné-Bissau, mas isso não altera em nada minha forma de ser.

NC: We've seen other interim Presidents after they've finished office eventually become candidates themselves in the elections for President. We saw Henrique Rosa did 2 years as interim President, but in the last election he ran in the ran to be President again. Does he have any idea, maybe in the future, if he would like to run to be President again?

RP: Não, neste momento não, neste momento, em termos de previsão política, não faz parte do meu calendário político, não faz parte. Eu estou na Assembleia a dar minha contribuição, depois de terminar o meu trabalho na Assembleia, eu sou advogado, quero voltar, tenho saudades do meu escritório, quero voltar a fazer advocacia. Mas, como devem saber, a vida sempre nos reserva surpresas, eu nunca pensei algum dia ser Presidente da Assembleia, ou ser Presidente da República. Portanto, é difícil prever o

futuro com exatidão, pode ser que no futuro isso venha a acontecer, mas não faz parte dos meus planos neste momento.

NC: In political science we have an assumption of *tenure maximization*, that the primary and universal motivation of leaders is to stay in power as long possible; that this is what motivates Presidents: to stay in office as long as possible. Is this a good way for outsiders to view African presidents or is there a better way to understand what motivates African Presidents?

RP: Eu penso que o ocidente, nós temos exemplos na Europa, em que isso acontece. Eu penso que houve gerações da África que sofreram uma evolução, momentos de partidos únicos, depois houve a democracia, que visa a renovação, a democracia não faz sentido se não houver renovação. Portanto, as pessoas estão no poder durante X tempo, depois saem e entram outras pessoas. Eu penso que a ideia de que a África, que os Presidentes africanos querem ficar no poder durante muito tempo em certa medida pode ser verdade, mas não pode ser uma ideia generalizada, porque há países em que não ocorre isso, os Presidentes têm dois mandatos, acabam, entregam o poder e vão fazer outras coisas. Mas, eu estava a dizer que esse exemplo serve à África como serve à Europa. Nós temos o caso, por exemplo, da Rússia em que o Presidente é agora Primeiro-Ministro, que se calhar volta a candidatar-se a Presidente. Portanto, é uma situação que qualquer ser humano que não tenha, de fato, materializado que a função de um Presidente está limitada no tempo pode ter essa tendência, essa apetência, de ficar muito tempo no poder. Mas, eu estou a acreditar que a nova geração de políticos africanos não pensa assim, eles sabem que o país só pode avançar se formos capazes de dar a nossa contribuição e permitir também que outras pessoas venham ajudar e dar a sua contribuição. Por isso, eu digo que essa ideia do ocidente é verdade, mas não deve ser generalizada, portanto, há países em que isso não acontece.

NC: Some people say term limits are necessary to have a good healthy democracy, but other people say term limits are actually against democracy. If you have a popular leader and people want that person to stay, and he can't stay, it is against what the people want... How do the people of Guinea-Bissau deal with this question of term limits and democracy? Because the first thing the population did was re-elect Nino after he already had 19 years in power.

RP: Eu não posso responder pelo o que povo pensa, isso terá que ser através de uma sondagem para procurar saber. A minha opinião é esta, a minha opinião é de que os mandatos, não pode haver uma democracia específica diferente só para a África, os políticos têm que respeitar os períodos dos mandatos, portanto, se são dois mandatos, são dois mandatos. Mas, a lei não impede que a pessoa volte a candidatar-se, a lei diz que, pelo menos na nossa lei é assim, não pode fazer três mandatos consecutivos, pode, ao fim de dois mandatos, ir para casa, se quiser voltar depois de um intervalo de cinco anos, pode voltar. Portanto, esse problema está resolvido, está respondido, se o povo, não confiar na pessoa que esteve lá, que substituiu o Presidente que fez já dois mandatos, 10 anos, ou 18 anos – o Nino fez 18 anos porque, naquela altura, era o tempo do partido único e, depois, abrimos para democracia e ele fez dois mandatos. Mas, a limitação dos

poderes tem as suas vantagens, que ele sabe, como estudioso de Ciência Política, portanto, é para evitar que as pessoas criem clubes, criem grupos. Porque quando a pessoa está no poder depois de muito tempo, há tendência para pessoa ter o seu grupo, e esse grupo é que manda, mas nós não podemos esquecer que a renovação dos mandatos permitem dar outra dinâmica e é preciso consultar sempre o povo. Portanto, sendo assim, o povo, depois de a pessoa fazer 10 anos de mandato, no nosso caso, vai para casa e pode voltar a concorrer depois de passados cinco anos. Se o povo o elege, é porque o povo pensa que ele deve continuar a ser Presidente da República. Nós não podemos pensar que o que o povo pensa é que temos que fazer. Eu, não sou dessa opinião. Nós devemos respeitar as regras estabelecidas nas nossas constituições, e se a Constituição diz que o Presidente tem que fazer dois mandatos, tem que respeitar essa regra.

NC: Recently, we've seen a change in Africa. Before, in the years after independence it was very rare that a President gave up power peacefully, voluntarily, but now we've seen a lot of Presidents that give up power recently. Why are Presidents giving up power more today than before, is just because they can't stay in power; they want to stay but they can't, or are leaders actually changing how they view power? Do they want power less than before?

RP: Eu respondi isso um bocado. O problema que se põe aqui, a limitação de mandatos tem a sua razão de ser. Portanto, veio de uma constatação política de que, no passado, houve na Europa, e na América também, mas na Europa houve várias experiências, a Monarquia, houve ditaduras, em que se chegou a conclusão que quem está no poder durante muito tempo procura criar raízes e beneficiar um grupo que é o grupo dele. Portanto, o poder deixa de ser um poder que serve os interesses do país, porque há tráfico de influências. Portanto, é preciso, de fato, limitar no tempo os poderes e, hoje em dia, a Ciência Política mostra que isso tem de ser feito a todos os níveis, não só em relação ao Presidente da República, nós já vimos também em relação aos autarcas, já se começou também a limitar poder, portanto, isso só trás benefícios para a democracia. Nós não podemos pretender ter uma democracia, em que as pessoas ficam 50 anos no poder, não isso não é democracia. Por isso, no tempo do Senghor, é verdade que as regras eram outras, ficaram no poder porque as regras eram outras, mas a partir do momento em que o povo (porque as Constituições são emanação do poder popular), em que se aprova uma Constituição que vem com princípios de delimitar o poder pelo tempo, tornar mais razoável o desempenho de função do Estado, procurar atrair pessoas de pensamentos diferentes para o poder, porque só através de eleições que nós podemos consultar o povo. Portanto, eu penso que, não faz sentido estar a pensar se deve ou não ficar muito tempo no poder, deve-se pura e simplesmente respeitar as regras básicas da democracia, essas regras impõem que o poder deve ser limitado.